

1 **ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**
2 **PREVIDÊNCIA – CEP DO ANO 2009 – BIÊNIO DE 2009-2010.**
3
4

5 Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e nove da era cristã, às
6 dezesseis horas, no Auditório do prédio da Amapá Previdência – AMPREV, situado a
7 Rua Binga Uchoa, nº. dez, Centro, nesta Capital, reuniram-se pela segunda vez
8 ordinariamente, o Conselho Estadual de Previdência – CEP. A reunião do Conselho
9 Estadual de Previdência para o biênio 2009-2010 foi aberta pelo Senhor Presidente
10 Artur de Jesus de Barbosa Sotão, que cumprimentou os Senhores Conselheiros e
11 demais presentes, dando prosseguimento temos. **Pauta – item 01-** O Secretário fez a
12 **leitura do edital** numero, zero, zero, um, de dois mil e nove, o qual convoca os
13 Conselheiros para se fazerem presentes na segunda reunião ordinária do ano de dois
14 mil e nove, Biênio dois mil e nove e dois mil e dez, que será realizada no dia dezoito
15 de fevereiro de dois mil e nove. **Pauta – item 02-** O Conselheiro Presidente, Artur de
16 Jesus Barbosa Sotão fez a **verificação do quorum**, chamando nominalmente os
17 Conselheiros presentes na seguinte ordem, Arnaldo Santos Filho, presente, Wellington
18 de Carvalho Campos, presente, Haroldo Vitor de Azevedo Santos, ausente,
19 representado pela suplente, a Conselheira Maria Conceição Laurinho dos Santos,
20 presente, Mário Gurtyev de Queiroz, presente, Dalton da Costa Martins, presente,
21 Damilton Barbosa Salomão, ausente, Estela Maria Pinheiro do Nascimento Sá,
22 presente, Luiz Eduardo Nunes, presente, Micherlon Mendonça dos Santos, presente,
23 Anatal de Jesus Pires de Oliveira, ausente, representado pelo suplente, o Conselheiro
24 Cleydson Sousa do Nascimento, presente, Moisés Tavares de Araújo, presente,
25 Marlúcio de Almeida Souza, presente, Antônio Márcio de Souza Pelaes, ausente,
26 representado pelo suplente, o Conselheiro Alvinho Boucinha da Fonseca, presente,
27 Rosival Nazareno Fortunato Monteiro, ausente, representado pelo suplente, o
28 Conselheiro Juliano Andrade de Araújo, presente e Fernando Cezar Pereira da Silva,
29 presente. **Pauta – item 03-** **Leitura das justificativas de ausências dos seguintes**
30 **Conselheiros**, Anatal, Rosival, Damilton e Rozane, Haroldo Vitor e Antonio Marcio e o
31 Conselheiro Fiscal Elcio. Outro item da pauta foi a Homologação da Posse dos
32 Conselheiros. **Pauta – item 04-** **Leitura, apreciação e aprovação das atas das**
33 **reuniões, décima primeira, décima segunda, décima terceira, da sessão solene**
34 **de posse do Conselho Estadual de Previdência e da primeira reunião do ano de**
35 **dois mil e nove para o Biênio dois mil e nove e dois mil e dez.** O Conselheiro
36 Presidente falou com relação a este ponto da pauta sobre as cinco atas pendentes
37 para que sejam apreciadas e votadas, ele explicou que os documentos foram
38 encaminhados e qualquer manifestação, qualquer acerto, emenda no teor das atas
39 que fossem encaminhado até o dia 17 de fevereiro de 2009 e até ontem não
40 recebemos nenhuma alteração, porque já é a terceira vez que estamos colocando
41 para votação e dessa forma, ele acredita que não há nenhuma alteração de alguma
42 conselheiro no momento que se tenha para fazer. **A Conselheira Estela pediu a**
43 **palavra** dizendo que tem um questionamento apenas da última ata (1ª reunião
44 ordinária do CEP), colocou que embora o Secretário tenha encaminhado e ligado para
45 ela, tem algumas coisas que precisam ser corrigidas, por exemplo quando ela coloca
46 "...setecentos mil, mas foi colocado sete mil e setecentos...", então tem coisas para
47 serem consertadas na última, fora isso tem algumas correções, ela na verdade não
48 conseguiu ler as atas corrigidas e enviada por e-mail. O Presidente perguntou se havia
49 mais alguma manifestação. **O Conselheiro Marlúcio falou** que esteve pela manhã na
50 AMPREV e falou com o Secretário e ele disse está pesquisando e verificando a
51 possibilidade de implantar um sistema de captação de voz, continuando o Conselheiro
52 disse que na verdade a ata é muita longa para ele sentar, verificar e lembrar de tudo,
53 mas tem coisas que são notáveis, essenciais, como a citação da Dra. Estela, a
54 questão dos setecentos, mas ele corrigiu o que deu dentro do seu tempo e que
55 realmente têm algumas coisinhas que faltam corrigir. **O Senhor Presidente colocou**

56 para os conselheiros o seguinte, que o Conselheiro Mário Gurtyev de Queiroz, não
57 pode comparecer nesta reunião, mas encaminhou duas proposições, uma proposição
58 é com relação as atas, o Senhor Artur pediu a permissão para ler a proposição do
59 Conselheiro "Senhor Presidente li atentamente todas as atas relativas as
60 reuniões dos exercícios de dois mil e oito, não aprovadas, inclusive fazendo
61 resumo dos assuntos. Nessa cuidadosa leitura constatei que pouquíssimas
62 matérias foram definitivamente aprovadas, pelo menos que tenha constado das
63 referidas atas, cujos contextos, na verdade, são repletos apenas de discussões
64 e de sugestões. Por outro lado, ouvindo o CD de áudio fornecido, cheguei à
65 conclusão de que não há como corrigir eventuais omissões dos
66 questionamentos textos, considerando que boa parte dos participantes já não
67 integram este Conselho e que a má qualidade do citado instrumento não
68 contribui para qualquer esclarecimento. Destarte, considerando que as
69 mencionadas atas não podem ficar eternamente em aberto, propondo que sejam
70 aprovadas com ressalvas especificadas omissões e irregularidades existentes,
71 que restarão consignadas na ata desta reunião, resguardando, assim, os
72 Conselheiros que integravam este colegiado naquelas ocasiões, de eventual
73 responsabilização por omissão". O Senhor Presidente perguntou se ficou bem
74 entendido as proposições do Conselheiro Mário Gurtyev. Ficando assim aprovadas
75 as atas décima primeira, décima segunda e décima terceira, ambas do ano de
76 dois mil e oito com ressalvas. Dando prosseguimento temos as atas do ano dois mil
77 e nove, que são a da sessão solene e da primeira reunião ordinária do ano dois mil e
78 nove, que também colocadas para apreciação ficou aprovada a ata da sessão
79 solene e que a ata da primeira reunião ordinária ficaria para ser efetuada as devidas
80 alterações e correções, bem como a sua apreciação na próxima reunião. O Senhor
81 Artur perguntou com relação as deliberações que foram tomadas na última reunião
82 se existe alguma objeção com relação ao conteúdo. Os Senhores Conselheiros
83 responderam que não. A Conselheira Estela colocou que existem algumas faltas de
84 concordâncias, falta de nexos. Assim ficou deliberado a votação das atas, sendo que as
85 atas de dois mil e oito foram aprovadas com ressalvas e as atas de dois mil e nove,
86 apenas a ata da sessão solene foi aprovada e a última ficará para se fazer as
87 correções pertinentes aos Conselheiros. O Senhor Presidente colocou que já
88 trabalhou em outros conselhos e que toda ata que a transcrição é feita através de
89 gravações é muito complicado, ou seja, você não consegue entender tudo e ressaltou
90 que temos um problema com equipamento de som e inclusive o próprio Secretário
91 estava sugerindo que na reunião, quando os Conselheiros fossem usar a palavra que
92 se aproximassem bem do microfone, porque ele teve dificuldade de entender as vezes
93 o que estava gravado. O Secretário pediu a palavra para dizer da dificuldade de ouvir
94 o áudio gravado e que não entende as vezes o que está no áudio, como as palavras
95 cruzadas. Continuando o Senhor Presidente colocou segunda proposição do
96 Conselheiro Mário para o colegiado, "Senhor Presidente, por ocasião da leitura das
97 atas ainda não aprovadas, constatei, em repetidas reclamações e discussões, o
98 anseio de grande parte dos Conselheiros pela regularização do quadro de
99 servidores deste Conselho Estadual de Previdência, refletido sempre no pleito
100 de realização de concurso público. Entretanto, como é de conhecimento geral,
101 não há como realizar um concurso público sem que haja um quadro de cargos a
102 serem preenchidos. Assim, considerando os aspectos acima ligeiramente
103 explanados e também manifestando minha opinião no sentido de que o
104 preenchimento dos cargos de um quadro de servidores efetivos, admitidos pela
105 forma constitucionalmente prevista, ofereça maior segurança a todos os
106 propósitos e finalidades deste Conselho, inclusive para os futuros aposentados
107 e pensionistas deste Estado, propondo que, inicialmente, seja constituída uma
108 COMISSÃO integrada por Conselheiros, a fim de que estude e, em seguida,
109 apresente sugestão para formação de um quadro composto de variadas
110 atribuições, tantos para os cargos de provimento efetivo, quanto para aqueles

111 de provimento em comissão e, por isso, demissíveis *ad nutum*, com as
112 respectivas remunerações e precisas informações sobre a viabilização
113 financeira. O passo seguinte será o exame por este Conselho da sugestão
114 apresentada pela Comissão, a fim de que, após aprovação, com ou sem
115 emendas ou modificações, seja encaminhado anteprojeto ao Governador do
116 Estado, solicitando apreciação e posterior remessa à Assembléia Legislativa,
117 visando a criação por lei. O Senhor Presidente colocou em votação a proposição
118 do Conselheiro Mário Gurtyev e o colegiado deliberou aprovando a criação de uma
119 comissão que irá trabalhar a criação do quadro de servidores efetivos e comissionados
120 da AMPREV. O Conselheiro Marlúcio pediu uma parte e disse que na gestão
121 passada, o Conselho já havia proposto que se criasse esta comissão, mas não foi
122 acatada a proposta deles. O Conselheiro Monteiro falou que inclusive com a
123 contratação de uma empresa, para viabilizar a questão da estrutura, disse ainda que
124 quando esteve fazendo um curso na ABIPEM e que um dos sócios da escola, do
125 Instituto de São Paulo, devido a sua experiência, solicitou uma proposta dele, essa
126 proposta foi encaminhada para o Presidente da época e ressaltou que mesmo que se
127 crie uma comissão, há necessidade que se conheça o quê é previdência, para se
128 montar um quadro, a comissão pode ter melhor vontade, mas tem que conhecer um
129 pouco o quê é Previdência para se montar um quadro de servidores e essa
130 inteligência já era desenvolvida por essa empresa que realizam o mesmo trabalho e
131 isso foi sugerido, só que não foi acatado e se passou esta proposta para os
132 Presidentes anteriores e não tiveram a iniciativa de realizar estes trabalhos, ou seja,
133 temos que primeiro definir o quadro de servidores e depois fazer o planejamento
134 estratégico para a Instituição e não podemos pensar em Previdência sem que se faça
135 um planejamento estratégico para um curto, médio e longo prazo, cinco, dez, quinze
136 anos para que se pense em Previdência, então foram pensadas essas duas questões,
137 foram feitas essas sugestões que o Conselheiro Mário Gurtyev propôs, mas não houve
138 seqüência e tudo que era sugerido aqui, não havia seqüência. O Senhor Presidente
139 tem uma proposta e sugestão para o Conselho mediante a essas sugestões e
140 também de acordo com as proposições do Conselheiro Mário Guryev e as
141 anteriormente feitas no ano, que eles contratem uma empresa, abra uma licitação,
142 porque como o Conselheiro Monteiro disse, tem outras empresas e apresentar uma
143 proposta e junto com essa, própria empresa, ele não se criariam essa comissão para
144 acompanhar os trabalhos da empresa ou apenas trazia a proposta para depois pôr
145 para aprovação do Conselho, porque são passos, que eles terão que fazer, primeiro
146 contratar a empresa, para que ela venha e apresente o trabalho para que depois seja
147 colocado para apreciação do Conselho e após aprovação da proposta que se
148 encaminhe para o Executivo, que encaminhará para o Legislativo e o segundo passo,
149 será fazer o concurso, já com a definição do plano de cargos. O Conselheiro
150 Monteiro colocou que essa Comissão poderia mediar, ela poderia fazer essa
151 intermediação, o que o limite do trabalho da empresa, com relação a questão pública,
152 com as Secretárias e com o próprio Governo, até mesmo o Presidente, fazer esta
153 mediação, e disse ainda que há a necessidade de formar essa Comissão dos
154 Conselheiros, aproveitando a proposta do Conselheiro Mário Gurtyev, mas dando
155 importância que esse estante é da empresa e ela precisa apresentar o trabalho dela.
156 O Conselheiro Gilberto Pinheiro a título de sugestão perguntou se alguém tem
157 conhecimento como funciona nos outros Estados da Região Norte, como Tocantins,
158 Roraima, Amazonas, esses mais novos, ou seja, pegar as experiências deles e fazer
159 uma adaptação para o nosso, tiramos os erros deles e aproveitamos as coisas boas.
160 O Conselheiro Monteiro colocou que houve uma proposta de viagem para Manaus,
161 porque o Instituto de Manaus tem ISO 914, se na verdade, não lhe falhe a memória,
162 ou seja, eles têm ISO, são muito bons nisso, a administração deles estão resolvidas, a
163 idéia era fazer uma Band Mark com a administração deles e pode trazer alguns
164 profissionais para fazerem pequenos cursos e dar treinamento de qualidade para os
165 nossos servidores, mas isso, após a definição do quadro e foi feito um estudo com

166 alguns Institutos e já tinham providencias do ISO, com definição do quadro, falou que
167 são bem menores. **O Presidente colocou que**, mesmo eles pegando a experiência de
168 outros Institutos, mas uma empresa qualificada, seria bom, em seguida ele deu
169 encaminhamento para se abrir uma licitação para contratar uma empresa para nortear
170 os estudos com relação à formação do nosso quadro. **O Conselheiro Márcio viu que**
171 a proposta do Conselheiro Mário é muita boa, mas ele percebe que antes de se fazer
172 o concurso público, eles poderiam discutir um pouco mais o modelo Institucional da
173 AMPREV, ele ver que a AMPREV, está como o modelo serviço social autônomo, ou
174 seja, somos uma empresa de direito público privado e os servidores provavelmente
175 seriam celetistas se fossem fazer o concurso desta forma, então ele acha que se
176 deveria se discutir qual seria primeiramente, o modelo institucional para a AMPREV
177 com regime celetista para trabalhar os servidores públicos de natureza estatutária. **O**
178 **Conselheiro disse ainda** que a própria comissão poderia apresentar um estudo e
179 colocar em votação. O Conselheiro Presidente disse que tem uma comunicação da
180 presidência, que ele tem uma informação, que é decorrente de uma audiência que
181 teve no Ministério do Trabalho, semana passada do dia onze. **O Senhor Artur**
182 **reiterou** com relação as atas, ficaram aprovadas as de dois mil e oito e a da sessão
183 solene, sendo que as de dois mil e oito com as ressalvas e a primeira de dois mil e
184 nove, fica para fazer as correções para depois, colocamos provavelmente para
185 apreciação na próxima Reunião. Em seguida, ele reiterou o acordo, que fizeram na
186 última reunião, na condução das reuniões, que cada Conselheiro, dê a sua opinião, se
187 manifeste, mas dentro daquela lógica, que eles traçaram da ultima vez, todos
188 Conselheiros que quiserem realmente, se manifestar, que faça a sua inscrição, o
189 Secretário anota na ordem, cada um, tem o direito de se manifestar, a concessão da
190 palavra de quem estiver falando, só se quem estiver com palavra permitir, para eles
191 não terem as coisas cruzadas e ele acredita que, se eles conseguirem levar a reunião
192 desta forma, eles terão uma reunião muito produtiva, evitar discussões paralelas, até
193 outras questões que venham prejudicar o tema que está sendo discutido, então, de
194 novo aquele acordo tácito para que o Conselheiro que quiser se manifestar que faça
195 aquela inscrição, o Conselheiro que estiver com a palavra não pode ser interrompido,
196 somente se ele conceder a palavra para outro Conselheiro, então o Senhor Presidente
197 gostaria que fosse observado isso, para poder ter uma condução boa. **Pauta – item 05**
198 **– Apreciação e Análise do Balancete Gerencial do Exercício, referente ao mês de**
199 **janeiro de 2009. Questão de Ordem –** O Conselheiro **Monteiro perguntou** se fechou
200 a questão da proposição do Conselheiro Mário Gurtyev. **Questão de Ordem –** O
201 Conselheiro **Fernando Cezar disse referindo-se** ao Senhor Presidente incluir na
202 pauta, porque não consta, ou trás na próxima pauta, porque ele trouxe como idéia,
203 uma proposição e que foi discutido, o Senhor fez apenas uma leitura, ou fica aberto ou
204 inclui no o que ocorrer, a plenária delibera ou inclui-se na próxima pauta, esse é o seu
205 encaminhamento. O Presidente falou que este assunto será incluído no o que ocorrer.
206 Voltando ao item 05 da pauta, o Senhor Presidente pediu ao Secretário que
207 distribuísse um demonstrativo simplificado sobre o Balancete Financeiro, com
208 informações sintéticas sobre as receitas e despesas que foram aferidas no mês de
209 janeiro e se colocou para qualquer esclarecimento, juntamente com o corpo técnico,
210 contábil e financeira da Instituição. Passando a palavra para o colegiado e
211 obedecendo a inscrição temos. **A Conselheira Estela** falou que foi empossado na
212 última reunião o Conselho Fiscal e no seu entendimento, até para que eles não
213 quebrem o ritmo de trabalho que deve ser cumprido, ela entende que esse Balancete,
214 deveria primeiramente ser encaminhado ao Conselho Fiscal, para que ele analisasse,
215 apresentando o devido relatório e depois encaminhado ao Conselho de Administração
216 para que possa apreciar e manifestar sobre isso. **O Senhor Presidente informou** que
217 o Conselho Fiscal foi empossado na última reunião que tivemos, dia vinte e nove de
218 janeiro de dois mil e nove e os Conselheiros já se reuniram e deliberaram que a
219 princípio as suas reuniões serão todas as quintas-feiras, das quinze às dezessete
220 horas e eles estão hum processo de instalação e não estão analisando nenhum

221 documento, eles decidiram primeiramente elaborar o Regimento Interno, ou seja, o
222 Regimento do Conselho Fiscal, para ser colocado à apreciação do Conselho Estadual
223 de Previdência – CEP, que assim está no Regimento e que até houve um
224 questionamento de um Conselheiro, achando que no nosso Regimento está dizendo
225 que é o CEP que vai elaborar o Regimento do Conselho Fiscal, então o pessoal do
226 Conselho Fiscal estão realmente trabalhando no sentido de elaborar esse Regimento
227 e depois apresentar para o CEP. Então, mediante a proposição da Conselheira Estela,
228 eles teriam que esperar primeiro, eles definirem a questão da Presidência do Conselho
229 e tem uma Comissão provisória, que está dirigindo estes trabalhos das reuniões, com
230 o prazo de sessenta dias para elaborar justamente o Regimento Interno e fazer as
231 decisões que compete realmente ao Conselho, então mediante a proposta da
232 Conselheira, ele colocou para apreciação dos demais Conselheiros, se eles devem
233 esperar o Conselho se instalar por definitivo, para analisar e trazer para o Conselho os
234 balancetes, no outro mês com o parecer do Conselho Fiscal. **O Conselheiro**
235 **Fernando Cezar cumprimentou à todos** e falou que acompanhou as colocações da
236 Dra. Estela ao processo de apreciação por um órgão competente, criado por lei e
237 agora empossado e fez um adendo dizendo que existiu inicialmente um Conselho
238 Fiscal, inclusive do qual ele fez parte e que encaminharam, e caso os Conselheiros
239 queiram cópia do Regimento interno que eles encaminharam, ele pode remetê-los,
240 inclusive, ele tem um parecer com posicionamento pelo Conselheiro Braúna, a frente a
241 época do Tribunal, de que colocando que ambos os Conselhos, tanto o Estadual,
242 quanto o final não tem personalidade jurídica para emitir o seu próprio Regimento
243 Interno e que esse Regimento deveria está consignado dentro do Regimento maior da
244 AMPREV e eles encaminharam e pediram apreciação do Conselho de Administração
245 na época que funcionava e nunca tiveram respostas até terminar o mandato e depois
246 ter tido paralisação total do Conselho Fiscal e no aspecto do ponto da pauta, o critério
247 da apreciação do balancete, ele folheou e viu algumas situações que no mínimo seria
248 uma questão técnica e você verificar a redundância de dados numéricos e peças
249 técnicas que profissionais da área vão compreender, não há um traço de linha tecendo
250 qualquer comentário, ou qualquer situação, ele não tem e não teve oportunidade da
251 estrutura atual da AMPREV, mas em outro momento tinha a Auditoria Interna e ele
252 acredita que ainda temos, e por que ela não aprecia, ou não seja a competência dela
253 apreciar, ou emitir qualquer manifestação sobre essa peça e por fim apreciação do
254 Conselho e se for deliberar, debruçar aqui, perquirir informação eles vão perder um
255 tempo muito precioso, a questão que os números da esquerda batem com a da direita,
256 tudo bem, respeita até o posicionamento dos técnicos da AMPREV que estão aqui,
257 mas para informação e se ele vem com esse título gerencial principalmente, está só no
258 mérito e concorda e solicita que ele seja submetido aos setores técnicos, mesmo ao
259 Conselho Fiscal e no que tange o Conselho Fiscal esperar para elaborar o Regimento,
260 eles vão levar um tempão para apreciar matérias que devam ser de suas
261 competências e acha que isso pode ser resolvido por ata mesmo, eles podem
262 apreciando, se organizando, e a comissão funcionar prontamente, essas foram as
263 suas colocações. **O Senhor Presidente falou que** na realidade o Conselho Fiscal
264 passa a ser um órgão de assessoramento do Conselho Estadual de Previdência,
265 então, já que eles estão se organizando, eles teriam, tem uma comissão, o Presidente
266 desta comissão é o Conselheiro Balieiro, que foi designado, da comissão provisória
267 dentro do prazo de sessenta dias para concluir os trabalhos, o Presidente colocou que
268 eles poderiam fazer uma sugestão, para o Conselheiro Balieiro, para que ele acate e
269 inicie esse trabalho, disse ainda que esse Conselho tem muita coisa, inclusive eles
270 têm pendências de exercícios anteriores, certamente, eles vão se debruçar para
271 darem uma analisada. **O Senhor Artur acha** que deveria se fazer um trabalho
272 paralelo e assim quando você analisa uma situação de dois mil e nove, já ficava
273 analisando mais para trás, assim como faz o Tribunal de Contas do Estado, que tem
274 esta metodologia, ele acompanha o exercício atual e já está trabalhando os exercícios
275 anteriores, para não ter uma defasagem muito grande, mas eles estão com esta

276 sugestão do Conselheiro Fernando Cezar e no final serão colocadas todas as
277 propostas para que eles tomem uma deliberação. **O Conselheiro Monteiro falou** que
278 na verdade gostaria de abordar o quê o Conselheiro Fernando Cezar abordou, mas
279 tem outras questões com relação a ser uma peça técnica, então quem é contador vai
280 entender certamente, mas os Conselheiros que não são, não vão entender e já foi e
281 não foi uma ou diversas vezes, eles solicitaram da AMPREV, relatórios gerenciais de
282 verdade, que possam mostrar graficamente, coisa que deem para qualquer um
283 entender, quais são os resultados realmente da AMPREV, quando ele participou da
284 primeira reunião ordinária do Conselho passado, falou-se muito de eficiência e
285 eficácia, mas nunca se comprovou, porque não tem um instrumento que consiga
286 medir isso e nem isso é colocado nos relatórios e eles cobraram tanto da Auditoria
287 Interna que fizesse isso, o Financeiro mesmo que explicasse esses relatórios, é
288 cobrança nossa até mesmo no Comitê, que se faça uma explicação dessas aplicações
289 que tem aqui dentro da AMPREV, que não vem sendo apresentada aqui neste
290 Conselho e nem vem sendo publicada na internet ou diário oficial, como é aplicado
291 este dinheiro do servidor, a despeito disso, ele ver receita de contribuição no valor de
292 quase de quatrocentos mil, eles sabem que a receita mensal é em torno de dez
293 milhões, ou seja, isso provavelmente, o Executivo não realizou o depósito, como é que
294 está sendo, se estão pagando esse juros, eles não sabem e não tem relatório
295 gerencial que mostre isso e não foi apresentado as informações pertinentes, ao que é
296 realmente mandado para o Ministério da Previdência, Relatórios analíticos, passam na
297 verdade dar substâncias e não foram apresentados e eles têm uma série de relatórios
298 que realmente não tem isso e são contados, não tem nada gerencial, não apresentam
299 relações que sejam importantes para o nosso CRP, provavelmente lá no relatório está
300 contando, esses dez milhões no relatório que enviaram para o Ministério da
301 Previdência, mas eles estão vendo na peça contábil que isso não entrou e os juros?,
302 onde é que estão os juros?, como é que estão sendo contabilizados?, só é quando for
303 vencer o CRP, que isso é depositado, daí o motivo pelo qual, eles perderam o nosso
304 CRP, todo Conselheiro tem que estar atento para isso e mais um item que tem que ser
305 fiscalizado e tem que ser visto e que está posicionado nessa peça, mas ele por ser
306 contador, entende que a posição dos outros Conselheiros, ficam realmente, sem
307 entender o quê é isso, então cabe fazer um relatório que seja gerencial ou como já foi
308 solicitado n vezes para AMPREV, para fazer, não adianta está aprovando balancetes,
309 balancetes é para o Conselho Fiscal fazer uma manifestação e posteriormente ser
310 aprovado por esse Conselho e eles não sabem se as despesas estão sendo
311 realizadas de acordo com o orçamento que foi aprovado, lá eles têm um programa,
312 uma série de metas, ele não estava aqui e foi outro Conselheiro que lhe substituiu e é
313 garantido, mas eles têm que saber se realmente foram atingidas as metas, já que
314 existem metas, daí que ele pede a questão do planejamento estratégico aqui dentro da
315 AMPREV, ele reforça esta proposta do planejamento estratégico para a AMPREV,
316 além dessa contratação da empresa, o planejamento estratégico e aquele nosso Work
317 shopping, eles já haviam discutido naquela primeira reunião. **O Senhor o Presidente**
318 **flo para o Conselheiro** mediante a colocação dele, que ele irá pedir para o corpo
319 técnico, que ele prepare uma peça que atenda todas essas reivindicações dos
320 Conselheiros que se manifestaram, mas deve primeiramente, eles terão que
321 submeterem ao Conselho Fiscal, para depois trazer à Conselho, isso talvez atrase,
322 porque se o Conselho fiscal decidir que só vai começar a fazer qualquer análise após
323 a instalação definitiva do Conselho, com tudo, eles terão que aguardar. **O Presidente**
324 **colocou ainda**, que em adendo ao que eles acordaram, que eles estabeleçam cinco
325 minutos para cada Conselheiro se manifestar, no máximo, assim para que eles,
326 possam produzir mais nas nossas reuniões. O Conselheiro Damilton cumprimentou à
327 todos e disse que concorda com a proposta da Conselheira Estela que passe primeiro
328 pelo o Conselho Fiscal, para analisar o balancete, juntamente com a documentação
329 comprobatório, tanto da receita, quanto da despesa e ai sim se emitir um relatório e vai
330 para aprovação do CEP, mas ele analisou esse balancete com o posicionamento das

331 contas, o que dar para fazer aqui, analisar a posição das contas e verificou que
332 algumas contas estão fora de ordem, ou seja, não estão acompanhando o plano de
333 contas, como é o caso da conta 14.411, ela está posterior a conta 14.414, quer dizer,
334 se há uma ordem no plano de contas, ele acha que ela também deve ser trazida para
335 o balancete é só isso, mas é uma falha normal, que pode ser corrigida. **O Presidente**
336 **pediu para o Conselheiro repetir**, qual é a conta. **O Conselheiro Damilton repetiu**
337 dizendo que é a conta do sistema orçamentário que é a conta 14.411, ela está
338 posterior a conta 14.414, tem também a 16.330, depois vem 16.339, depois a 16.336,
339 está fora de ordem, isso ele acha que deve ser falha no sistema, mas que pode ser
340 corrigida. **O Conselheiro Arnaldo falou** em relação a questão do balancete para
341 apreciação do Conselho, ele entende que o Conselho Fiscal, após empossado, ele
342 deva está na incumbência, na competência do Conselho Fiscal, análise e aprovação
343 desse balancete, apesar disso, apenas por uma questão de ordem, o nosso
344 Regimento do Conselho aqui da AMPREV, consta a questão de analisar e aprovar
345 balancete, com relação ao próprio Conselho e não faz referência ao Conselho Fiscal,
346 então é uma questão que precisa até ser corrigida, porque a análise técnica do
347 balancete fica no âmbito da competência do Conselho Fiscal, mas o Regimento do
348 CEP da AMPREV, diz que a análise e aprovação é de competência do nosso Conselho
349 aqui, um registro apenas de uma questão que acha que precisa ser corrigida. **O**
350 **Presidente disse** que já leu várias vezes o Regimento e acredita que têm que fazer
351 várias correções, isso foi uma questão que ele pontuou, mas têm outras questões que
352 realmente estão merecendo, eles deverão fazer uma comissão para fazer uma
353 reavaliação desse regimento e fazer as propostas de alterações, ele acredita que até
354 pelo tempo que esse regimento tem, ele já está realmente necessitado de algumas
355 alterações. **O Conselheiro Arnaldo colocou** que deveria constar aprovação do
356 balancete mediante aprovação do Conselho Fiscal. **O Conselheiro Haroldo falou** que
357 todas as colocações dos Conselheiros foram boas, mas ele também gostaria de
358 elogiar o Presidente, porque quando ele traz para o Conselho esse balancete logo, é
359 claro que esse balancete vai ter que ser aprovado pelo o Conselho Fiscal e quando o
360 Conselheiro Monteiro solicita uma peça mais explicativa, é também coerente, eles
361 terem que ter e nem todos são contadores, é fundamental que eles tenham esse
362 controle de gestão para os seus conhecimentos, mas é uma medida de
363 aperfeiçoamento do trabalho que vem sendo feito, todos eles conhecem como estava
364 a AMPREV a um tempo atrás e o esforço do atual Presidente, ele acha que tem sido,
365 muito grande, para reorganizar, dar uma eficiência maior à AMPREV e se o balancete
366 vem agora para eles terem conhecimento, já há uma diferença do Presidente, uma
367 consideração com os demais Conselheiros, ele está apresentando o balancete e nos
368 está trazendo e mostrando, está aqui, mas isso precisa ser aprovado ainda por
369 algumas razões, mas vai ser aprovado, mas eles já estão com o conhecimento prévio
370 do balancete ele acha que isso é ruim, ele acha que é bom até mesmo, porque agora,
371 eles vão guardar esse balancete aqui, na pasta esse caderno grande e eles vão poder,
372 aqueles que tiverem mais conhecimento do assunto, quando receberem o balancete
373 do Conselho Fiscal, já terem mais conhecimento para saber que estão nos
374 apresentando, traduz fielmente o comportamento contábil da empresa, então ele não
375 ver nada pelo contrário ele ver algo de positivo, eles receberam desde já o balancete e
376 essa é a sua idéia que ele gostaria de colocar para os seus colegas. **O Presidente**
377 **colocou que na verdade** está na pauta apreciação e análise, não está nada para ser
378 votado e o Presidente falou que foi muita oportuna a colocação do Conselheiro. **O**
379 **conselheiro Marlúcio falou que na verdade**, era isso que ele gostaria de falar, que a
380 questão não está para aprovação aqui, está para conhecimento, ele acha que é
381 louvável a atitude do Presidente em colocar para análise do Conselho e quem não tem
382 conhecimento, vai ter, alguma coisa, ele vai conseguir entender aí e na verdade,
383 passar também, essa questão do Conselho Fiscal, que é fundamental o Conselho
384 analisar e remeter aos Conselho. Com relação a questão do Regimento Interno, ele
385 sabe que esse Regimento foi aprovado por eles na gestão passada e não existia o

386 Conselho Fiscal e não existia nada e eles sabiam que no decorrer do tempo, eles
387 teriam que aprimorar essas questões das alterações no nosso Regimento Interno e
388 ficou realmente para que, quando fosse constituído o Conselho Fiscal. **O Conselheiro**
389 **Anatal cumprimentou a todos**, e em relação ao que foi dito está de acordo, até
390 porque, fez uma análise do balancete, além de alguns indicativos de contas, e mesmo
391 sendo da área, sente uma necessidade de notas explicativas para que realmente haja
392 esclarecimento mais detalhada da informação para os membros do conselho, como
393 exemplo, destaca o valor orçado de dois milhões, aproximadamente, para a rubrica de
394 pessoa jurídica - serviço de terceiros, acha que deveria existir alguns pontos que
395 indicassem de forma mais detalhada o valor orçado, ou pelo menos a relação de
396 serviços a serem prestados. Não acreditando que seja apenas um elemento indicativo.
397 Outro ponto interessante está no que o Conselheiro Monteiro levantou quanto ao
398 aspecto do repasse dos valores previdenciários à AMPREV, observa que não percebe
399 muitos elementos ou nenhum elemento que direcione que os cumprimentos das
400 obrigações estão sendo supridas dentro do prazo. Necessariamente, entende, que até
401 para ficar mais fácil a visualização, e sendo órgãos públicos estaduais, deve-se fazer
402 um levantamento da previsão do que poderia ser repassado e comparar com o valor
403 repassado. Isso daria idéia real do valor mensal não repassado, caracterizando, com
404 isso, apropriação indébita. E porque a AMPREV não toma algumas medidas
405 necessárias para suprir essas deficiências. **O Presidente respondeu a questão que**
406 **o Conselheiro levantou** a questão da rubrica de serviços de terceiros, de pessoa
407 jurídica, que é a cabeça da rubrica, porque eles apresentaram na última reunião o
408 orçamento, ficou apresentado onde seria esses gastos, é a rubrica 39.02, 39.01,
409 39.02, 39.03 e assim, coube todo um detalhamento, agora com relação a essas
410 contribuições, na realidade, eles têm aqui na página quatro, contribuição de serviços
411 ativos, que são justamente, esses totais aí, daí aqui diz realmente que fez a
412 contribuição, o TCE o Ministério Público, o Ativos e os pensionistas e os Inativos da
413 AMPREV, então eles têm isso aqui, mas de qualquer forma, como eles vão trazer uma
414 peça mais explicativa na próxima reunião, ele esperar até com o próprio aval do
415 Conselho Fiscal, ele acredita que o entendimento vá ficar melhor até porque, ele vai
416 solicitar ao corpo técnico que faça um relatório com bastante notas explicativa, como
417 sugeriu o Conselheiro Haroldo. **O Conselheiro Márcio falou com** relação as
418 contribuições que foi levantado pelo o Conselheiro Monteiro, eles percebem
419 realmente, que foi arrecadado pelo o Ministério Público, Assembléia, Tribunal de
420 Contas e não aparece aqui a figura do GEA, do Governo do Estado, provavelmente
421 não tenha sido recolhido pelo Governo do Estado, quer ele acreditar, porque a folha do
422 Estado fecha no final do mês e como isso é um balancete estático, que representa o
423 mês de janeiro, provavelmente não teria como se colocar no mês de janeiro, essas
424 informações e ele tem uma proposta para o Conselho, para eles estabelecerem um
425 cronograma para se avaliar, essas questões financeiras, bimestral, trimestral,
426 quadrimestral, porque realmente é muito importante, eles terem conhecimento dessas
427 informações mensais, só para conhecimento e análise mesmo e não para eles
428 emitirem um parecer ou não, isso ficaria a cargo do Conselho Fiscal, que ele daria, as
429 suas notas e aí, eles vinha discutir, de acordo com o que estabelece o Ministério da
430 Previdência que é trimestral, que é como eles cobram os balancetes deles, então eles
431 trabalhariam também nesta linha, dessa forma, trimestralmente, essa é a sua
432 colocação. **O Senhor Presidente explicou** para os Conselheiros, que na realidade
433 essas contribuições foram relativas ao mês de janeiro, que foram recolhidas, e as
434 outras contribuições, elas foram recolhidas no mês de fevereiro e como essas foram
435 do mês de janeiro, elas só aparecem no mês de janeiro. O Conselheiro Haroldo pediu
436 a palavra para dizer que fica pasmo da desconfiança, tudo isso é regido
437 constitucionalmente, quando o Governo atrasa o recolhimento, ele paga multa, e se o
438 Governo não cumprir com as suas obrigações, ele tem uma penalidade, o Governo
439 deixa de receber os repasses constitucionais e repasses voluntários do Governo
440 Federal, então o Governo pode ser e acontece isso, acontece com a gente também,

441 pessoalmente com as nossas contas, que você não paga a sua conta no dia está
442 fixado para você pagar e quando você vai pagar, você paga com juros, mas paga, se
443 não depois você não vai ter mais essa conta e o Governo vem cumprindo com as suas
444 responsabilidades, as vezes fora do prazo e recebendo, as penalidades, que são
445 atribuídas quando ele paga fora do prazo, senão eles não teriam mais como receber
446 os repasses federais, isso tem lei prevista, está tudo, não tem nada fora do que prever
447 a lei, e ele acha e fica admirado com essa falta de confiança de a coisa esteja
448 acontecendo e não seria o caso. **O Conselheiro Monteiro disse** que só queria deixar
449 claro para o Conselheiro Haroldo que a nossa preocupação tem fundamento, em
450 função em que existem atrasos, ele entende que atrasos acontecem, mas eles têm
451 atrasos, no pagamento dos alugueis aqui, que até agora não foram pagos, eles têm
452 uma dívida que essa atual administração confessada e que está sendo paga e que
453 não foi paga nenhum momento, então esse Conselho é vigilante, é a única situação
454 que eles estão tentando, deixar bem claro aqui, ele não pode deixar isso ocorrer
455 novamente, sem que tome uma providência, nessa situação Conselheiro, ninguém
456 está desconfiado de A, B ou C, mas existem precedentes. **O Senhor Presidente**
457 **encerrou** este ponto da pauta e deu encaminhamentos, para que o balancete seja
458 enviado para o Conselho Fiscal, e que ele faça um relatório encaminhando para o
459 Conselho Estadual e aí não mais para conhecimento, mas para deliberação e
460 aprovação desse movimento, o Senhor Artur lembrou que foi colocado pelo
461 Conselheiro Márcio que seria interessante que eles fizessem essa apreciação por
462 trimestre, em vez deles fazerem de mês a mês, eles poderiam fazer por trimestre,
463 como é feito pelo Tribunal. **O Conselheiro Márcio colocou** para o seu Artur que tem
464 outras questões e que eles não podem se ater somente na questão financeira, tem a
465 questão do Benefício também, a questão Previdenciária e inclusive tem muita coisa na
466 questão previdenciária que precisa ser debatido e não foi debatido e eles ficarem
467 mensalmente analisando só a questão financeira, eles vão ficar abitolado naquilo e
468 não vão analisar as questões previdenciárias e dos benefícios. **Questão de Ordem –**
469 **O Conselheiro Fernando Cezar colocou** que eles poderiam observar os aspectos,
470 se ele tem a obrigação trimestral e se ele for apreciar no trimestre, ele já vai ficar
471 aperreado no prazo, ele acha o acompanhamento concomitante com detalhe, ele é
472 mais vantajoso e ele pode ser os dois aspectos, entendeu, ele não está dizendo que
473 eles ater rigorosamente, mas esse encaminhamento vindo sistematicamente, eles têm
474 condições de fazerem essa situação, porque se não vai volumar lá e na hora de
475 apreciar para ter que encaminhar, eles vão acabando fazendo igual aquela situação,
476 não dar tempo de revisar, vamos olhar correndo, por outro aspecto, ele só queria
477 atentar a questão do balanço, que gostaria de falar que determinadas informações
478 fazem de notas técnicas ou de esclarecimentos e principalmente, se ele vem com esse
479 título de gerencial, e ele tem uma previsão de arrecadação e uma estimativa de tanto,
480 porque eu recebi só tanto, a está é uma situação, ele não está colocando em cheque,
481 senão pagou ou senão vai pagar, mas a expectativa existia, por exemplo outro
482 aspecto, tem o balanço financeiro que tem saldo anterior, ele não tem para onde olhar
483 e conferir, não há uma informação do balanço do ano passado que lhe trás os saldos,
484 então, ele não como fazer conciliações, então determinadas informações, elas
485 carecem só para checar, mas aqueles que não tem o domínio pelo menos ver, se eu
486 tenho do balanço anterior setecentos e vinte e cinco mil, se o saldo inicial deste,
487 começa com esse valor, isso é natural, é só uma questão de conciliação, ele quer dá
488 fé o documento venha reproduzir a fidedígrado. Esgotado esse ponto. **Pauta – item 06**
489 **– Comunicação da Presidência – O Senhor Presidente comunicou aos**
490 **Conselheiros** do aconteceu da última reunião até a reunião de hoje, ele lembrou que
491 na última reunião comunicou que iria ter uma audiência no Ministério de Previdência
492 com Secretário de Política de Previdência Social e fez acompanhar do Conselheiro
493 Micherlon que foi lá, esteve lá e ouviu lá o que eles discutiram e realmente participou,
494 inclusive colocou uma situação do Conselheiro com relação uma situação dos Militares
495 para o Secretário e ele também tratou de vários assuntos, principalmente com relação

496 a algumas pendências que nós temos para atender a questão do Certificado de
497 Regularidade Previdenciária e esse nosso certificado está vencendo, mas já estamos
498 com as pendências praticamente todas apontadas e resolvidas, ele irá colocar para os
499 Conselheiros tomarem conhecimento, a questão do auxílio maternidade, aquele dois
500 meses que foram acrescidos aos cento e vinte dias, pela uma lei estadual, esse ficou
501 com cento e oitenta dias, só que na lei lá não deixou bem claro quem fazia, esse
502 custeio dos dois meses e pela legislação federal, que nós temos que seguir, ela não
503 permiti não seja pagos mais que os quatro meses, porque de uma nota técnica lá do
504 Ministério, diz o seguinte que esse dois meses, é um benefício fiscal, que a
505 Presidência da República concedeu as empresas, as empresas que concederam
506 esses dois meses a mais para a pessoa que está nesta situação e que poderia fazer
507 um abate no imposto de renda, que não é o nosso caso, e nós imediatamente já
508 tomamos as providências para que o Governo edite um Decreto, porque foi orientação
509 do próprio Secretário, que falou para o Presidente, que o processo legislativo vai
510 demorar agora o Governador por um simples Decreto, ele pode decretar de onde
511 realmente vai o recurso para o pagamento, tem que ser do Estado, não pode ser da
512 AMPREV, e ele já está com esse Decreto em vias de ser assinado pelo Governador,
513 publicado e resolvido essa pendência, a segunda pendência que nós temos é com
514 relação ao cálculo atuarial, eles pedem que para esse exercício, nós já tenhamos o
515 cálculo atuarial, o cálculo atuarial aqui da AMPREV, ele foi elaborado ano passado no
516 mês de junho ou julho, ele não sabe exatamente, qual foi o mês, mas a validade desse
517 cálculo era até no final do ano, era até dezembro e ele logo que chegou aqui na
518 AMPREV, tomou as providências, falou que já estamos em processo de licitação para
519 ver, qual a empresa que vai fazer o nosso cálculo atuarial, porque a empresa que fez o
520 cálculo ano passado, ela fez uma proposta que o valor ficou assim uma valor que não
521 nos permitia fazer a contratação direta, até porque ela não é a única que faz cálculo e
522 nós decidimos fazer a licitação e essa informação foi também suficiente para eles
523 considerasse como um item já sanado. **Questão de Ordem – O Conselheiro**
524 **Monteiro** falou que o cálculo ano passado não foi aprovado, justamente por
525 problemas que houveram nestes cálculos, tanto da questão cadastral que não foi
526 acompanhado pela empresa e nem foi reparado, quanto a questão da base legal que
527 não estava sólida, e nesse sentido o Conselheiro tem uma proposta que fará a frente e
528 também lembrar ele entrou em contato com o Banco do Brasil, que apresentaram um
529 produto sobre cálculo atuarial, então tem se levar isso em consideração essa questão
530 dessa licitação e que ano passado que esse não foi aprovado, embora, ele tenha sido
531 apresentado o Ministério da Previdência, esse cálculo não foi aprovado por este
532 Conselho. **O Senhor Presidente** com colocou com relação a proposta do Banco do
533 Brasil, não seria nem, interessante colocar aqui no Conselho, mas a proposta do
534 Banco do Brasil, foi superior a proposta que fez o ano passado e ai nós falamos que
535 íamos abrir a licitação, para fazer a contratação da empresa e o Banco do Brasil
536 alegou, ele não participa de licitação pelo regimento, pela legislação que rege o Banco
537 do Brasil, eles não participam de Licitação, mas fizeram uma proposta que
538 particularmente o Presidente recusou, que eles fariam de graça, desde nós fizessemos
539 uma aporte lá de duzentos milhões de reais, então o Presidente disse que não tinha
540 conversar com a gente ai e realmente, foi essa proposta do Banco do Brasil e foi logo
541 descartada e por isso que nós estamos abrindo a licitação e praticamente nós demos
542 esse encaminhamento lá Ministério e ficou a questão do nosso Certificado ficou
543 praticamente resolvido e ele espera que realmente, nós conseguimos para não
544 trazermos prejuízo, com disse o Conselheiro Haroldo que o Estado precisa muito
545 desse Certificado, senão muitos recursos voluntários não chegam aqui, não tem
546 nenhum convênio, com nenhum órgão da administração, direta ou indireta, que
547 realmente venha repassar. O segundo assunto comunicado foi o assunto que venha
548 justamente ao que o Conselheiro Márcio colocou, é a questão do nosso regime, no dia
549 onze, não estiverem uma audiência, o Presidente pediu para que o Secretário
550 entregasse a cópia da ata da audiência e fomos representando por nossa

551 Procuradoria e essa audiência era para fazer, um termo de ajuste conduta e na
552 realidade o nosso Procurador representou a nossa Instituição e a Procuradora do
553 Trabalho, ela concedeu um prazo de para que seja apresentada ao Ministério Público
554 as conclusões das reuniões do Conselho de Administração, ou seja, do Conselho
555 Previdenciário, no tocante da definição da natureza jurídica da Instituição, bem como a
556 definição acerca do quadro de pessoal da entidade, então a idéia é o seguinte nessa
557 proposta do Projeto de Lei, que seja alterado a personalidade jurídica da AMPREV,
558 quando for o Projeto de Lei, para que eles façam, essa questão do quadro, realmente
559 que vá a mudança da proposta da personalidade jurídica, salvo engano, só três
560 Institutos que permanecem com essa personalidade jurídica que nós temos, parece
561 que é Manaus, Estado do Paraná e o Amapá. **O Senhor Monteiro colocou** que são
562 os dois têm os melhores resultados. Então isso é para conhecimento Conselheiro
563 Márcio e não sabe se isso atende o ele falou, eles têm dentro de noventa dias dar
564 essa posição para o Ministério Público do Trabalho, e é aqui que vem aquela questão
565 que o Conselheiro Mário colocou deles tirarem uma Comissão para fazer um trabalho
566 e elaborar uma proposta e já seria em conjunto com essa empresa que eles vão
567 contratar para orientar para fazer esse trabalho, mas ele está conhecimento do que
568 aconteceu realmente no dia onze. **Questão de Ordem – O Conselheiro Monteiro**
569 **falou** com relação a questão a proposta que o Conselheiro Márcio tocou, eles fizeram
570 um estudo, ele e o Conselheiro Marlúcio, e a opção por esse modelo que Manaus
571 pratica e a Parana Previdência praticam, é em função da interferência que é menor,
572 desse modelo do qual a AMPREV, está, o outro modelo do qual, as outras é
573 considerado modelo antigo, a interferência governamental é muita mais presente, é
574 mais grave que nesse modelo que nós nos encontramos, a situação na verdade foi
575 essa do estudo, que eles realizaram, o Marlúcio pode a ter alguma coisa a falar a
576 respeito disso. Conselheiro Marlúcio falou da questão que se vem discutindo a
577 bastante tempo, a questão da política aqui dentro, ele sabe, e ele irá de uma situação
578 no ocorrer de uma lei, que foi apresentando pelo Executivo na Assembléia, mas no
579 que ocorrer, ele fala. Então o Presidente está dando conhecimento para a AMPREV,
580 mas ele acredita quando realmente nós tivemos uma proposta para ser apresentada
581 para o Conselho, ela venha traduzindo o anseio dos Conselheiros, que vão participar e
582 essa comissão que vai representar todo o Conselho, um outro na comunicação da
583 Presidência é com relação a Política de Investimentos, ela já foi publicada no diário
584 oficial, de acordo e também já foi distribuída a todos os nossos colaboradores, a
585 Instituições que nós trabalhamos, elas já tem conhecimento e o Presidente colocou
586 que naquela reunião os conselheiros, devem ter observado que no orçamento tinha
587 uma disparidade no orçamento da SEPLAN e o orçamento que nós aprovamos aqui, e
588 o nosso é ter menor no que tinha sido aprovado pela SEPLAN e nós já fizemos a
589 devida adequação os valore, nós já encaminhamos para SEPLAN, a cópia do ofício
590 solicitando justamente para nós fazermos, essas alterações, somente para equacionar
591 isso e o recurso que ficou e extrapolou, esse recurso foi jogado para a nossa reserva,
592 que é de praxe fazer isso, quer dizer o excedente não ficou nas despesas
593 administrativas, e sim para a reserva do Regime. A questão do Conselho Fiscal já
594 comunicou, que ele está se organizando, e que eles estão se reunindo todas as
595 quintas-feiras e eles estão trabalhando para formular o Regimento Interno e a última
596 comunicação da Presidência é sobre as visitas das Instituições Financeiras, já
597 recebemos duas Instituições, o Banco do Brasil e a aquela primeira que o seu França
598 fez aquela apresentação e ontem nós recebemos duas Instituições, dois
599 representantes mais eles não vieram fazer nenhuma apresentação, vieram apenas
600 fazer uma visita e propondo a apresentar os seus produtos aqui, posteriormente, mas
601 que nós já temos marcado, duas apresentações marcadas, uma é do Banco Bradesco
602 na próximo dia vinte é o Bradesco, e no dia vinte e sete o HSBC, em março o
603 Unibanco. **Questão de Ordem – O Conselheiro Monteiro falou** que recebeu uma
604 mensagem da Shoreder e ele gostaria que alguém do Financeiro pudesse se
605 manifestar, se aqueles fundos que estão sendo transferido da Shoreder para outras

606 administrações financeiras, se nós temos dinheiro, em algum daqueles fundos e isso
607 ocorrer, há necessidade que se faça reunião daquele Comitê, para que se tome
608 alguma providência, ele gostaria que alguém do financeiro pudesse se manifestar, a
609 nossa Diretora que lhe disse que não ainda recebeu isso. **O Presidente perguntou**
610 para os técnicos que estão presentes se eles têm conhecimento disso. **O Presidente**
611 **falou como ele**, não tem conhecimento, ele está até estranhando e que aplicação
612 feita no Shoreder é em renda variável e nós não estamos mexendo em nada em renda
613 variável agora. **O Conselheiro Monteiro colocou** com relação o quê está aplicado lá,
614 mas eles só comunicaram que está mudando a direção da administração para uma
615 outra empresa, e aí ele faz lembrar, que eles têm que indicar as pessoas para o
616 Comitê, que eles estão utilizando, aquela vacância que foi prevista na nossa Política
617 de Investimentos e o Comitê não está se reunindo e onde a AMPREV, certa forma,
618 está tendo um prejuízo, com certeza dessa não análise mais qualificada, mais
619 embasada, dar mais possibilidade de fazer mais Investimentos bem melhores e bem
620 mais democráticos. **Questão de Ordem – O Conselheiro Marlúcio falou** que o
621 Presidente ficou de escolher os membros do Comitê, nessa reunião. **O Presidente**
622 **falou** que será escolhido no que ocorrer, até nós já estamos necessitando e já tivemos
623 que fazer algumas aplicações este ano e elas foram feitas, baseadas realmente no
624 que a política de Investimentos, já estabelece e nós aplicamos recursos na Caixa
625 Econômica e no Unibanco, já agora nesse ano de dois mil e nove e em função das
626 visitas dessas Instituições, o Senhor Presidente se manifestou que gostaria de fazer
627 uma visita nas sedes das Instituições, para conhecer essas Instituições, para ver como
628 é que funciona e principalmente, ele que assumiu agora recentemente, precisa fazer
629 contato com essas, porque as vezes, agente fica fazendo contato por telefone e por e-
630 mail e realmente ele, o entendimento é que ele precisa e ele está pensando no mês de
631 março fazer uma visita, geralmente em São Paulo, que elas sem instalam as suas
632 sedes e de novo dentro daquilo, ele quer lhe fazer acompanhar de um Conselheiro, de
633 um técnico da nossa equipe e acha importante também que vá e gostaria de saber
634 assim, quem poderia se dispor a acompanhá-lo, porque, ele tem interesse, inclusive
635 até oportunizar alguns Conselheiros que ainda não tiveram essa oportunidade de fazer
636 uma visita numa entidade dessas, uns não, já conhecem, já visitaram, mas outros não,
637 de preferência que o ente banque a despesa, finalizando as comunicações da
638 Presidência passamos para outro ponto. **Pauta – item 07 – Comunicação dos**
639 **Conselheiros – O Conselheiro Monteiro comunicou** que a Instituição recebeu o
640 Banco do Brasil e que eles se pré-dispuseram a apoiar projetos de iniciativa do
641 Conselho e da AMPREV, até mesmo em convênio com os outros poderes, para que
642 possa custear atividades culturais, projeto de cunho social, eles se colocaram à
643 disposição, e o Conselheiro acha que devemos pensar nisso, é muito comum e que foi
644 comentado, é comum você ver salas de exibições de cinemas, teatros, tudo com
645 nomes de bancos, mas que só é visto no centro-sul e que aqui não vemos e ai foi
646 pedido para eles que fizessem uma gerência com relação a isso, ele falou ainda que a
647 pessoa que representava a superintendência se colocou à disposição para realizar,
648 para interferir neste sentido e ele está abrindo para os Conselheiros, para que eles
649 possam participar e fazer uma força tarefa e assim elegerem um, dois ou três projetos
650 para apresentar para o Banco do Brasil e não só para o Banco do Brasil, porque a
651 nossa política permite que apresentemos para outros bancos, temos o Unibanco que
652 se uniu com o Itaú, eles também tinham a mesma proposta e ele acredita que também
653 não vão se negar e lembrou da necessidade do Work shopping para conscientização
654 dos grandes problemas que temos com relação a Previdência e é que o servidor não
655 entende, o quê é Previdência e não é só o servidor, pouco se entende no Brasil o quê
656 previdência, porque Previdência é um assunto muito novo e temos que reforçar, é
657 missão do Presidente, de todo servidor da AMPREV e pessoalmente eles que são
658 Conselheiros tornar bem claro a todo mundo o quê Previdência e qual é a sua
659 importância e não esquecer da questão, sem a base atuarial, sem uma base legal e
660 sem uma base cadastral principalmente, não tem como fazer Previdência dentro do

661 Estado. **O Senhor Presidente falou** em resposta ao Conselheiro Monteiro
662 contemplado dentro da nossa programação esse evento, mas antes desse evento
663 deve ser realizado na capital, onde temos uma maior concentração de servidores, a
664 nossa pretensão é fazer na época do verão fica mais fácil o deslocamentos de todos
665 os municípios, porque em qualquer município não tem menos de cem servidores
666 estaduais, como o pessoal da Educação, da Saúde, da Segurança, enfim de outros
667 órgãos que são dos Ministério Público, da Justiça, ou seja, temos no mínimo o menor
668 município cem servidores, então a idéia é fazer uma parceria com as prefeituras e
669 percorrer todos os municípios levando esse esclarecimentos sobre a questão da
670 Previdência e fechar na capital com evento na capital, onde temos a maior
671 concentração de servidores e o Presidente também comunga com a idéia do
672 Conselheiro Monteiro, porque é importante e tem muito desconhecimento da questão
673 da Previdência e principalmente no meio das pessoas interessadas, no meio dos
674 próprios servidores que não tem condições de sair, porque por exemplo, a pessoa está
675 lá no Oiapoque, não vai se deslocar e quem iria se deslocar para cá, seriam poucos,
676 então nós vamos no Oiapoque, Laranjal, Vitória do Jari, enfim fazer uma Caravana
677 itinerante para poder contemplar. Seguindo a ordem de inscrição. **A Conselheira**
678 **Estela reiterou a Presidência**, que eles possam buscar as pendências existentes na
679 AMPREV, que são muitas e que a cada reunião procurar eliminá-las e se não
680 conseguir, pelo menos dar encaminhamento para as suas soluções que são várias e
681 na última reunião ela mencionou essa situação, uma delas é a questão dos alugueis e
682 já foi colocado a sua posição e que já existe o encaminhamento e outra coisa a
683 questão do loteamento, que teria uma reunião com o Juiz, a respeito dessa ação
684 judicial que já se arrasta por um bom tempo, mas também tem outras pendências que
685 eles precisam dar encaminhamento e se for o caso, eles podem buscar nas suas
686 anotações ou nas próprias atas existentes aqui na casa, as pendências que existem
687 aqui na AMPREV e precisam ser colocadas em pauta e discutidas e dado
688 encaminhamento, esse foi o seu posicionamento. **O Senhor Presidente colocou** para
689 os Conselheiros que após a última reunião, que fez expedientes ao Executivo,
690 Legislativo, Judiciário, o único que eles não têm nenhuma pendência é o Ministério
691 Público, mas os outros entes, o Tribunal de Contas do Estado, todos, ele fez
692 encaminhamento para os órgãos e realmente, ele fez as cobranças das questões que
693 estão pendentes e estamos aguardando respostas e com relação ao Executivo, ele
694 tem aquele encaminhamento que foi dado e ele está levantando alguma coisa que foi
695 arcado, a despesa que foi arcada pelo Executivo que era de competência e para fazer
696 o encontro de contas e já está encaminhado e com relação ao CAJARÍ, o loteamento,
697 aconteceu uma situação que nós não esperávamos, estava tudo certo e foi no início de
698 fevereiro, o Dr. Colares foi fazer a inspeção no local, só que ele pediu que fosse feito
699 uma demarcação por georeferenciamento e o **Senhor Artur falou que pediu** a
700 colaboração do IMAP e levaram o documento que a Instituição tem, onde têm todas as
701 coordenadas do polígono que liga, fecha o terreno e a nossa surpresa é que o técnico,
702 quando foi no local fazer o trabalho dele, a poligonal não fecha, ela abre e ai é uma
703 questão que estão resolvendo no IMAP, estão atrás de documento em cartório, porque
704 o documento que eles têm, a Escritura que a Instituição tem, os pontos que tem não
705 fecha a poligonal, ela abre, então é uma situação de cunho técnico, que eles têm que
706 aguardar a posição do IMAP e o Juiz só pode fazer a vistoria depois que ele tiver a
707 demarcação concluída. Seguindo a inscrição. **O Conselheiro Gilberto Pinheiro**,
708 representando o titular, o Conselheiro Mário Gurtyev, reportou que o Conselheiro
709 Monteiro havia falado em Projetos Sociais e falou que é importante eles ataquem em
710 dois setores que sempre até um pouco relegados na área da infância juventude e na
711 área ambiental, inclusive dá para a própria entidade um rendicap melhor, quando você
712 trabalha nesse sentido, porque primeiro você está trabalhando uma área até
713 preventiva que é um resultado muito bom e que eles só trabalham com consequência
714 e não a causa e o segundo é na área ambiental e nem precisa se falar, que a nossa
715 cidade, o nosso, qualquer coisa no mínimo que fizer, sempre é bom, haja vista que

716 estamos bem a frente ao nosso Rio Amazonas, mas veja o que estão fazendo ai, é
717 uma verdadeira lixeira, em relação, perguntou ao Conselheiro Monteiro se ele tem
718 conhecimento do Banco do Brasil, sobre o quê eles querem. **O Conselheiro Monteiro**
719 **colocou que** eles só pediram o Projeto, então, eles têm que providenciar os Projetos,
720 o Conselheiro imagina que o Amapá já teve um representação grande na área da
721 musica, nós tínhamos concurso de banda de música e tudo mais e não existe nenhum
722 museu da imagem do som no Amapá, não tem nada que guarde essa historia, a
723 expressão do Mestre Oscar, mas não tem nada que guarde, ele não sabe se a família
724 deve guardar, tem a Mela Brenha, ou seja, nós temos uma série de pessoas que são
725 expressivas e não tem nada e são historias que não estão guardadas e podem ser
726 com certeza também prestigiadas. **Questão de ordem – O Conselheiro Micherlon**
727 **pediu uma parte** e disse com relação aos Projetos dentro da área da infância, como o
728 nosso Conselheiro colocou, eles têm dentro da Policia Militar, eles têm vários Projetos
729 Sociais, da área da infância e adolescência, tem o Peixinho Voador, o Proerd e não
730 sabe se vai ser posto os Projetos, se vão sair da AMPREV, mas eles já têm Projetos
731 em andamento, mas o que está faltando é recurso, haja vista que a maioria que está
732 sendo contemplado são filhos de servidores, o Conselheiro perguntou se esses
733 projetos em andamento, se eles não podem aproveitar eles. **O Senhor Presidente**
734 **colocou**, que uma das razões das suas visitas nas Instituições, além da questão da
735 relação comercial que ele pretende falar, ele também pretende falar com todas as
736 Instituições, qual é o Patrocínio que essas Instituições, vão oferecer para esses
737 projetos, tanto na área ambiental, como na área social, ele até tem conversado muito,
738 um projeto na inclusão digital para os nossos beneficiários, para os nossos
739 aposentados, aquela história, que ele sempre fala, hoje em dia quem provem a maior
740 parte da família é o aposentado, ele compra o computador, usa o neto, usa o filho, usa
741 não sei quem e ele é o único que fica só olhando, ele que paga o computador e não
742 sabe fazer nada, então, para eles fazerem um laboratório para os nossos aposentados
743 e o Presidente acrescentou dizendo que a idéia, referindo-se ao Conselheiro Gilberto
744 Pinheiro, seria, se eles trabalham com sete Instituições Financeiras, que eles
745 apresentassem um projeto para cada Instituição, então, por exemplo, o Banco do
746 Brasil, vamos pensar em um projeto e apresenta esse para o Banco do Brasil, Caixa
747 Econômica, pensa-se no Projeto e apresenta lá e, assim eles levariam para todas as
748 Instituições parceiras, os nossos projetos para apreciação, colocou ainda que o
749 pessoal que tem vindo aqui na AMPREV, até agora, todos eles se mostraram
750 favoráveis, ele conversou com algumas pessoas, mas o poder dessas pessoas que
751 são gerentes locais aqui, é restrito, é muito limitado, eles não podem assim se
752 comprometerem, por isso, que eles têm a necessidade de chegar até lá na cúpula das
753 Instituições, que lá eles decidem e que está decidido, e nós realmente seremos
754 contemplado, mas teve aqui uma entidade que nos veio visitar um dia desse, falou
755 muito na questão da educação, eles apóiam muito projetos na área educacional,
756 então, o Presidente falou que eles têm um leque de Instituições que podem lhes apoiar
757 e ele acha que eles têm que apresentar os projetos e aquela que não nos quiser
758 apoiar, eles, de qualquer forma, eles têm como procurar, prestigiar aquelas que
759 realmente queiram nos apoiar, não sabe se os Conselheiro, estão de acordo com o
760 seu pensamento, mas eles teriam que trabalhar nessa linha. **O Conselheiro Marlúcio**
761 **deu boas vindas** ao Presidente da Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos
762 do Estado do Amapá – FESPEAP, o Senhor Jocinildo e gostaria dar um
763 encaminhamento das questões de um primeiro encontro que eles vão fazer para os
764 servidores públicos do Estado do Amapá, e o tema principal, a questão do orçamento
765 geral do Estado do Amapá, a questão Previdenciária, para os nossos servidores, para
766 os sindicalizados e ele gostaria de sugerir ao Senhor Jocinildo, que ele fizesse um
767 convite, a todos os Conselheiros e encaminhasse um ofício do Projeto, em si que vai
768 se da nos dias vinte e seis, vinte e sete e vinte e oito de março de dois mil e nove e
769 convidar os Senhores Conselheiros e o Senhor Presidente a participar desse encontro
770 e também a questão deles verem, que forma, eles podem ajudar ou financeiramente

771 ou de que forma a AMPREV pode contribuir, já que se trata para os servidores
772 públicos e ele ver a forma que eles vão encaminhar e o Presidente analisar esse ofício
773 e projeto em si e reforçou que iram protocolar para que o Presidente possa fazer uma
774 análise e depois responder e reiterou o convite e disse que gostaria de contar com a
775 participação de todos, porque esta entidade congrega dez sindicatos, ele citou uma
776 entidade fundada em setembro agora e eles procuram trabalhar em prol dos
777 servidores do Estado do Amapá. **O Conselheiro Arnaldo falou** até em homenagem a
778 temática citado pelo Gilberto, ele não sabe se o assunto já tratado aqui, mas ele acha
779 que, ele ver que na programação das reuniões aqui da AMPREV, circula muito papel,
780 ele acha que tem se tem muito pouco utilizado a ferramenta do e-mail e queria propor,
781 eles comesçassem a usar e ficaria mais fácil de identificar uma pauta de uma reunião
782 na ata, se eles recebessem essas informações por e-mail, então, ele gostaria de
783 deixar como sugestão aqui, e aquilo que não fosse necessário encaminhado por
784 papel, que fosse encaminhado por e-mail, para facilitar inclusive ao acesso a
785 informação. **O Senhor Presidente** falou que irá tomar as providencias para atender as
786 suas sugestões, finalizando este item passou-se para o último ponto da pauta - **Pauta**
787 **- item 08 - O que ocorrer - O Senhor Presidente falou** que dentro deste item, ele
788 gostaria de fazer a inscrição dos Conselheiros, ele reportou a questão da proposição
789 do Conselheiro Mário que foi colocado no início e pediu permissão para que fosse
790 colocado para apreciação agora, então é primeiro aquela questão da ata, que foi
791 resolvido e a outra Proposição é a questão da comissão empregado por Conselheiros,
792 que é apresentar aquela proposta para o Poder Executivo, para formação do quadro e
793 posteriormente a questão do concurso e como eles já tinha debatido naquela ocasião,
794 **ELE COM PERMISSÃO DOS CONSELHEIROS GOSTARIA DE COLOCAR EM**
795 **VOTAÇÃO ESSA PROPOSTA DO CONSELHEIRO MÁRIO GURTYEV**, se eles
796 realmente devem proceder dessa forma, ou seja, formar uma comissão e essa
797 comissão, junto com a empresa que eles farão a contratação, para formular essa
798 proposta, perguntou se algum conselheiro não estiver de acordo que se levante, mas
799 como estão de acordo com a proposta, **ELE CONSIDERA A PROPOSTA**
800 **APROVADA E QUE SERÁ DADO OS DEVIDOS ENCAMINHAMENTOS. ASSIM**
801 **FICOU APROVADA A PROPOSIÇÃO DO CONSELHEIRO. Senhor Presidente**
802 **colocou** que eles terão que tirar uma comissão de Conselheiros e ele gostaria de
803 saber até quem se propõe a formar essa comissão, esses nomes, para que eles
804 iniciem logo esse trabalho. **O Conselheiro Marlúcio sugeriu** que colocasse logo o
805 Conselheiro Mário, pelo fato de ter apresentado esta proposição. Em seguida o
806 **Senhor Presidente falou** que ele acredita que três Conselheiros são suficientes para
807 comporem a comissão e da mesma forma ele gostaria de aproveitar a oportunidade e
808 fazer a composição do Comitê de Investimentos, então, eles tem três representantes
809 do Conselho e dois representantes da área técnica da AMPREV, então os
810 Conselheiros da área técnica, com a permissão dos Conselheiros, ele faz a indicação
811 da **atual Diretora Financeira e Atuarial**, porque, está diretamente responsável e
812 envolvida e outro o Conselheiro, que tem um conhecimento e é bom da questão de
813 investimento que é o Bernardino, então ele faz a indicação desses dois, como
814 representantes do corpo técnico, e quanto a representação do Conselho, ele quer
815 deixar os Conselheiros a vontade para fazer a indicação, quem é quer fazer parte,
816 então fica aberto. O Conselheiro Marlúcio sugeriu que a Conselheira Estela fosse um
817 dos membros, porque o Ministério Público está aqui fiscalizar e os outros
818 Conselheiros, eles deixariam à escolha, ele gostaria e se prontifica a participar da
819 Comissão do Concurso. **O Senhor Presidente perguntou** para a **Conselheira Estela**
820 o quê achava da proposta, **ela disse que gostaria** de participar e que vem desde
821 quando participa deste Conselho, tem colocado essa situação e que ela está muita
822 atarefada no Ministério Público, com relação a Corregedoria, mas como são três
823 membros, o seu nome pode até ficar com os outros dois e ela pode até colaborar com
824 certeza para acompanhar e ela não vai se recusar a isso, embora, ela esteja com
825 bastante trabalho. **Assim ficou composta a Comissão com os seguintes**

826 **Conselheiros: Mário Gurtyev, Estela e o Marlúcio.** E passando para a composição
827 dos membros integrantes do Comitê de Investimentos, **o Senhor Presidente falou**
828 **que já tem** a Francicleide e o Bernardino. **A Conselheira Estela sugeriu que** eles já
829 têm dois Conselheiros, já foram parcialmente treinados e que se já mostraram
830 empenhados nesta questão que é o Conselheiro Monteiro e o Conselheiro Marlúcio, já
831 fizeram parte do Comitê de Investimentos anterior, então sugeria o nome dos dois,
832 agora um terceiro nome, alguém que possa se dispor à participar, desse Comitê,
833 também desde que possam ter um treinamento adequado, porque há necessidade de
834 desse treinamento, que possa ai indicar ou auto-indiciar, desde que preencha esses
835 requisitos, dentro da área econômica. **O Senhor Artur colocou,** que quando estavam
836 formulando essa proposta, ele fez um convite ao Conselheiro Damilton, ele participou
837 junto com a equipe técnica, junto com o Conselheiro Marlúcio, Conselheiro Monteiro,
838 ele já participou da elaboração dessa proposta da Política de Investimentos, e ele não
839 sabe se o Conselheiro Damilton gostaria de fazer, até pela formação dele, pelo
840 conhecimento, por trabalhar no Tribunal de Contas do Estado, já tem assim todo um
841 conhecimento técnico disso, talvez necessite de um treinamento, mais específico, na
842 área de investimento, mas isso não é problema, eles podem proporcionar para ele, ou
843 para qualquer um outro aqui, que esteja realmente disposto a colaborar. **O**
844 **Conselheiro Damilton falou** com relação ao item quatro, ponto um, que foi colocado
845 na Política de Investimentos, que o membro deve possuir qualificação em gestão
846 financeira e ele não esta qualificação, possuído de formação na área econômica,
847 financeira e contábil, disse ainda que ele tem a formação contábil, mas não tem a
848 qualificação nessa área financeira, há não ser que venha ter um treinamento, ai sim
849 ele pode assumir. **O Senhor Presidente disse** que a idéia é essa e que dos
850 Conselheiros aqui, ele não tem muito conhecimento, mas ele acha que o Conselheiro
851 Monteiro fez treinamento, o conselheiro Marlúcio também fez e na época, eles também
852 não tinham quando passaram a fazer parte do Comitê e acha que eles não estão
853 transgredindo desde que. **Questão de ordem – O Conselheiro Anatal se prontificou**
854 caso o nobre membro não esteja disponível e os outros aceitarem. **O Senhor**
855 **Presidente colocou que** agora têm duas propostas, duas pessoas que estão se
856 colocando à disposição. **O Conselheiro Márcio pediu a palavra** e colocou que
857 quando trabalhou na AMPREV, participou de um curso na Cidade Rio de Janeiro, de
858 uma semana, pela ANDIMA, uma Associação de Instituições Financeiras, então, ele
859 falou que não diz que está capacitado, mas que já tem um conhecimento superficial,
860 mas que já alguma coisa e se for o caso, ele também se propõe a participar do
861 Comitê. **O Conselheiro Monteiro colocou** que a idéia, quando criaram esse fato na
862 política, era justamente limitar a participação de pessoas que não tivesse treinamento,
863 mas não era nesse primeiro momento, mas sim, no momento que se segue, em
864 função de que as pessoas possam falar as mesma linguagem, como ainda está sendo
865 feita essa capacitação, ele acha que qualquer um dos três Conselheiros estão aptos a
866 participarem disso, são contadores e estão também habilitados a participarem desse
867 Comitê. **Senhor Presidente falou que** estão com uma equação para resolver. **O**
868 **Conselheiro Haroldo solicitou** que o Conselheiro Damilton que aceitasse a colaborar
869 com o Comitê. Assim, o Senhor Presidente colocou para votação. **Questão de ordem**
870 **– O Conselheiro Fernando Cezar disse** que entendeu que a indicação que a
871 Conselheira Estela fez, entre o Marlúcio e o Monteiro e ao agregar mais três
872 conselheiros, ele ver que são cinco os candidatos, é uma questão de ordem, se vota
873 para um, ele entende que votar para todos, finalizou que só uma questão de ordem e
874 entendimento. **O Conselheiro Micherlon fez uma observação** e disse que a Dra.
875 Estela colocou também, que o nosso dois companheiros tanto o Monteiro, quanto o
876 Marlúcio, já tem uma formação e vem trabalhando tanto na Política de Investimentos,
877 ou seja, é um trabalho arduo que eles fizeram e já desenvolveram, já teve
878 aperfeiçoamento de curso e no seu ponto de vista, eles não poderiam deixar de
879 aproveitar os dois, tendo um vista, fazer mais um treinamento, não a três, mais sim a
880 um Conselheiro, ele acha que os três Conselheiros tem boas indicações e já

881 trabalharam, trabalham na área, ele citou seu companheiro Márcio que já trabalhou na
882 Política de Investimento, já fez parte da Instituição e crer que os dois já estão aptos e
883 ao seu ver a escolha fica a ir, ele não sabe se o companheiro, quer continuar aqui
884 participar, ele ver que também tem capacidade, todos três e ao seu ver continua os
885 dois e entra em votação os três. **O Senhor Presidente que a proposta do Fernando**
886 **é temos cinco, para se tirar três**, considerando o Marlúcio, Monteiro e mais agora o
887 Damilton, o Márcio e o Anatal. **O Conselheiro Luiz Eduardo colocou** o
888 posicionamento com relação a qualificação, dos três, independente do qual for
889 escolhido, ele indicaria que seja feita a qualificação dos três, por mais que não
890 participe os três, mas eles terão uma reserva, até mesmo para uma próxima comissão,
891 para já termos membros qualificados nesse sentido. **Questão de ordem – O**
892 **Conselheiro Marlúcio colocou** que na próxima renovação do Conselho, ele o
893 Monteiro não vão mais está, é bom que qualifique alguém, que no decorrer do tempo
894 vá suceder eles na questão do Comitê, porque requer a questão da qualificação. **O**
895 **Senhor Artur colocou** que está fazendo alguns entendimentos coma escola de
896 administração, com a MACAPREV e com a SANPREV, para realmente, fazerem
897 treinamento para os servidores e os Conselheiros desses três Institutos, eles já estão
898 em conversação e quem vai gerenciar isso seria a Escola de Administração ea
899 princípio seria o seguinte, em vez de eles mandarem, pessoas para fora, dois ou três e
900 pessoas, eles fazem um treinamento aqui, pega vinte, trinta pessoas e vai tomar um
901 universo maior, mas nesse momento, porque isso pode demandar isso, e não sabe
902 um, dois meses, três meses, para eles, porque eles tem que ver, como está a
903 disponibilidade de instrutor, de repente nesse momento, eles poderiam capacitar mais
904 um, para compor o comitê, considerando que fique os dois e depois eles fazem, a
905 capacitação no Estado, essa, é uma idéia, que ele está encaminhando junto a Escola
906 de Administração. **O Conselheiro Gilberto colocou** que temos duas, ou três chapas
907 e sugeriu ao Presidente, que coloque a chapa A, B ou C, para que o Conselheiro diga
908 em qual votaria. **O Conselheiro Arnaldo colocou** que seria desnecessária essa
909 votação, se eles tivessem estabelecido um perfil. **O Presidente colocou que na**
910 **Política** de Investimento, tem esse perfil, o membro tem que ter essa formação na
911 área jurídica ou contábil. **O Conselheiro Arnaldo colocou** ainda que só o perfil, mas
912 teria que ter um, peso para quem já tem o curso, porque todo mundo é contador, quem
913 está na disputa. **A Conselheira Estela disse** sendo assim, desempataria, ficaria o
914 Conselheiro Márcio. **O Conselheiro Arnaldo disse** que isso tem que ser definido,
915 mas é uma questão de outra situação dessas, vão surgir, no próximo ano, ele não
916 sabe e eles estabelecem o perfil, ou seja, qualifica, valora a pessoa que tem o curso,
917 que já está, inclusive um treinamento pela EAP e já faz a escolha com base nessas
918 critérios, evitar fazer eleição, porque, eleição sempre tem o ganhador e o perdedor. **A**
919 **Conselheira Estela concordou** com o Conselheiro Arnaldo, já até para eles, não
920 ficarem nessa sinuca de bico, mas por um critério de preenchimento de requisitos, os
921 três são contadores, com um diferencia que o Marcio colocou sem querer desprezar
922 as competências dos demais, mas ele tem um item a mais, que é esse treinamento
923 que ele já teve, agora é necessário que a Presidência pense uma forma de capacitar
924 outros servidores e que esse foco, seja colocado para servidores do Estado, do
925 Município de Macapá ou Santana, porque serão os futuros Conselheiros, sejam eles
926 do CEP ou do Conselho Fiscal, então tem que dar ênfase para isso, quer dizer, eles
927 estão pensando hoje, eles não tem, é uma situação impar, mas no futuro, então a
928 partir daí, eles tem que buscar a forma que foi colocada pelo Presidente nesse sentido
929 de capacitar um quantitativo significativo, ele está pensando em uma turma de trinta
930 pessoas entre Santana e Macapá, mas nesse momento, eles tem resolver essa
931 questão, colocou que o Conselheiro Gilberto fez a Proposta de fazer três chapas e que
932 qualquer forma essa três chapas podem ser heterogêneas e que a escolha tem que
933 sair hoje, porque já estão entrando alguns recursos e eles estão fazendo essa
934 aplicação, sem a recomendação do Conselho, se bem que eles estão fazendo de
935 acordo com que está estabelecido na Política de Investimentos. **O Conselheiro**

936 **Gilberto falou** que a chapa pode ser heterogênea, eles armam a chapa A, B e C e só
937 faz ler a chapa A, cabeça de chapa e a chapa B, fulano e fulano e vai. **ASSIM FICOU**
938 **DECIDIDO QUE CADA CONSELHEIRO IRIA SUGERIR TRÊS NOMES.** Começando
939 a votação o **Conselheiro Arnaldo** votou nos Conselheiros **Marlúcio, Damilton e no**
940 **Anatal**; o **Conselheiro Luiz Eduardo** votou nos três "M's", **Marlúcio, Monteiro e**
941 **Márcio**; o **Conselheiro Haroldo** votou no **Monteiro, Damilton e Anatal**; o
942 **Conselheiro Monteiro** votou no **Damilton, Márcio e nele mesmo**, a **Conselheira**
943 **Estela** disse que vai ser coerente com a sua proposta, votou no **Monteiro, Marlúcio e**
944 **no Márcio**; **Conselheiro Fernando Cezar** votou no **Monteiro, Márcio e Damilton**; o
945 **Conselheiro Gilberto Pinheiro** votou no **Monteiro, Damilton e Anatal**, **Conselheiro**
946 **votou no Monteiro, Damilton e o Márcio**; o **Conselheiro Micherlon** votou no
947 **Monteiro, Marlúcio e no Márcio**; o **Conselheiro Damilton** votou no **Monteiro,**
948 **Marlúcio e nele mesmo**; o **Conselheiro Márcio** votou no **Monteiro, Marlúcio e nele**
949 **mesmo**; o **Conselheiro Marlúcio** vai votar **nele mesmo, Monteiro e no Márcio**, pelo
950 longo período que passaram na casa; o **Conselheiro Anatal** votou **nele mesmo,**
951 **Damilton e no Monteiro. O Resultado foi o seguinte: O Conselheiro Monteiro com**
952 **doze votos; o Conselheiro Marlúcio com sete votos; o Conselheiro Damilton com**
953 **oito votos; o Conselheiro Márcio com oito votos e o Conselheiro Anatal com**
954 **quatro votos. Então, após a votação o comitê será composto com os três**
955 **conselheiros mais votados, na seguinte ordem, o Monteiro, Márcio e o Damilton.**
956 **Então ficam esses três, mais os dois da AMPREV. O Conselheiro Márcio colocou se**
957 **poderia ficar uma suplência. O Presidente disse que não tem na Política de**
958 **Investimentos, não tem esta previsão, agora caso haja desistência de um, o mais**
959 **próximo assume. Assim o Presidente deu por encerrado a pauta, antes o Conselheiro**
960 **Marlúcio pediu uma parte para dizer com relação a questão dos jetons, tem o**
961 **Conselho – CEP. Conselho Fiscal e o Comitê e para colocar na lei que o Senhor já vai**
962 **mandar via Executivo, a questão dos Jetons do Comitê e do Conselho, outra questão**
963 **é aquela da compensação previdenciária que o povo vem, e já contribuiu para o**
964 **regime geral, mas não trás essa compensação previdenciária e ele não sabe se o**
965 **Presidente tem essa questão. O Presidente respondeu essa questão e disse que**
966 **inclusive, esse foi assunto que ele tratou como o Secretário no Ministério e ele tocou**
967 **no nisso e ele que alguns Institutos, já estão operacionalizando, essa compensação,**
968 **para eles resolverem isso. Questão de Ordem – O Conselheiro Monteiro colocou**
969 **que houve treinamento e que inclusive pessoas daqui do Instituto foram treinados para**
970 **isso, para fazer essa compensação, entre eles está o rapaz da informática, alguém**
971 **que trabalha com a Ivana no cadastro, já estão treinados e isso já estava ocorrendo,**
972 **ele não sabe, se isso paralisou, houve treinamento nesse sistema, ele não sabe se**
973 **porque não está acontecendo. O Presidente que está tomando essas providencias**
974 **para que realmente eles podem efetivar essa situação. O Conselheiro Marlúcio**
975 **colocou que outro ponto que ele queria colocar era a questão de uma lei que foi**
976 **sancionada pelo Governador, até que a intenção é boa, mas a preocupação é muita,**
977 **hoje o Senhor tem uma boa vontade de administrar essa casa com transparência, mas**
978 **ele sabe que no decorrer do tempo, eles não sabem quem vai sucedê-los, é uma lei**
979 **que vem dispor dos integrantes dos ex-guardas territoriais, onde o Governo diz e**
980 **indica fundo de custeio, mas a operacionalização cabe a AMPREV e ele acha que é**
981 **uma preocupação e ele até passou à Conselheira Estela e para o Conselheiro Gilberto**
982 **Pinheiro, da Inconstitucionalidade dessa lei, porque a Federação vai questionar com**
983 **certeza, ele acha que o Governo está transferindo ônus para a AMPREV e porque não**
984 **transferem para a Secretaria de Administração esse ônus, essa preocupação hoje e a**
985 **questão do Governador, é uma questão louvável, eles não contribuíram nada, a**
986 **questão dessa operacionalização da lei implementa esta pensão isso vai gerar uma**
987 **despesa para a AMPREV, essas pessoas nunca contribuíram, o Regime é bem claro,**
988 **é próprio dos Estaduais. Então, essa questão, hoje o Senhor está aqui, amanhã o**
989 **Senhor pode não está, então o quê acontece, cai naquele mesmo rito, que caiu a**
990 **questão do CAIS, todo mundo era parceiro, mas na hora ninguém era mais parceira,**

991 caiu que a AMPREV, acabou bancando aquela questão com recurso do Fundo
992 Previdenciário e não sabe se o Presidente tem conhecimento e ele que trabalha na
993 Assembléia, só foi ter através da Imprensa, ele não sabe até que ponto isso foi
994 implementado, ou seja, se teve uma discussão a respeito disso ou se já lhe passaram
995 alguma coisa e ele acha que a noite na Assembléia, porque lá tem dois turnos, um
996 seis horas e outro sete da noite. **O Presidente colocou** que essa lei que institui essa
997 pensão especial para os ex-guardas, que estejam numa situação que realmente, tem a
998 lei, ela tem todas as situações que os ex-guardas podem requerer, ou o seu
999 dependente ou coisa assim, acontece que essa lei, o que acontece de incumbência
1000 para o inicial das despesas, que atendem os pedidos, mas a questão do recurso em si,
1001 esse recurso é do tesouro, quer dizer não é recurso do nosso fundo. **O Conselheiro**
1002 **Marlúcio falou** que não está questionando a questão do recurso, mas que está
1003 questionando a operacionalização que vai gerar custo para a AMPREV e citou alguns
1004 trechos da lei que serão de competência para a Instituição e isso vai requerer um
1005 custo, de quem o recurso do servidor e ao seu ver a questão dos Fundos
1006 Previdenciários, só para fundo de pensão e aposentadoria e a questão dos dois por
1007 centos que é para custos com o administrativo e essa é questão de sua preocupação
1008 e passou para a Dra. Estela e ela vai tentar verificar a legalidade disso aqui, porque
1009 ele sabe que vai ficar um ônus para a AMPREV. **O Presidente disse** que vai ter que
1010 aguardar a manifestação da Federação e como está e se eles receberem uma
1011 determinação da justiça de que eles realmente tem que extinguir o benefício ou
1012 alguma alterada, ele fará de acordo com a determinação da justiça. **Questão de**
1013 **Ordem – O Conselheiro Micherlon falou** com relação uma lei que obrigava o Estado
1014 a pagar cem salários mínimos, em caso de um militar, seja policial ou bombeiro, sofrer
1015 algum sinistro é um termo de bônus, são cem salários mínimos e que só falta um
1016 Decreto lei para regulamentar essa situação e o que lhe trás estranheza é que com
1017 relação aos profissionais do antigo território, que não são do quadro do Estado e os
1018 Militares que são do quadro do Estado, até agora só faltam um Decreto para ser
1019 sancionado. **O Presidente falou que conversou a respeito disso com o**
1020 **Conselheiro**, ele não conhecia, só soube a respeito disso através do Conselheiro e
1021 disse referindo-se ao Conselheiro Micherlon, você disse que já tem a lei, só falta a
1022 questão de regulamentação, ele falou que vai fazer contato com o Secretário Joel,
1023 para provocá-lo no sentido de que dê um posicionamento. **O Conselheiro Monteiro**
1024 **queria** que colocasse em votação a proposta do Conselheiro Marlúcio com relação os
1025 jetons, e que não foi colocado em votação a questão de mandar fazer a alteração na
1026 lei, tanto para o Conselho Fiscal como esse Conselho, ou até mesmo o Comitê de
1027 Investimento e gostaria que isso fosse colocado em votação e também gostaria de
1028 lembrar que há necessidade de montar uma Comissão que possa acompanhar a
1029 nossa questão do Cálculo Atuarial, a Regularização dessa base, porque se mostrou
1030 muito crítico ano passado, retomando que a Conselheira Estela falou que temos que
1031 retomar alguns problemas que venham ocorrendo em Constância na AMPREV, um
1032 problema muito grave e que não se faz nada de Previdência que se faça a questão
1033 atuarial em dias. **Questão de Ordem – O Conselheiro Arnaldo referindo-se** ao
1034 Presidente perguntou se esse assunto não foi discutido na última reunião. O
1035 Presidente disse que já foi no pacote, tem a questão da personalidade jurídica, a dos
1036 jetons dos dois Conselhos e mais a questão do Comitê de Investimentos, tem a
1037 questão do quadro de fazer a proposição com ajuda da empresa. O Conselheiro
1038 Gilberto Pinheiro fez um convite à todos os Conselheiros e que no dia cinco de março
1039 é a posse e que vai haver mudanças no Tribunal de Justiça do Amapá e ele tomará
1040 posse na vice Presidência, as dezoito horas, no Fórum de Macapá, no salão do
1041 Tribunal do Júri, lá no anexo. **O Conselheiro Monteiro falou** da questão atuarial, não
1042 existe Previdência, sem atuária. **O Presidente entende que o Conselheiro Monteiro**
1043 **está propondo** que junto com a empresa contratada tenha uma Comissão. **O**
1044 **Conselheiro Monteiro colocou** que é para fazer um acompanhamento, o que
1045 aconteceu no ano passado, a empresa fez o cálculo atuarial com falhas graves de

1046 cadastro, que inclusive está registrado nos cálculos atuariais, falhas com uma série de
1047 situações que não foram verificadas a tempo, e que nós precisamos disso até para o
1048 nosso CRP e não se está dando importância fundamental para os nossos
1049 investimentos e tem que ter essa situação resolvida pelo cálculo atuarial e nós só
1050 temos dinheiro até dois mil e vinte e quatro, é uma situação grave, mas também uma
1051 situação, que a nossa base não dar consistência para saber como é que estão a
1052 questão dos aportes de capital e acha que isso é fundamental, e pensar em
1053 Previdência sem ter essa situação resolvida. **O Presidente disse que a proposta do**
1054 **Conselheiro é que seja formada**, uma comissão com três pessoas e vamos ver o
1055 quê se propõe. **A Conselheira Estela colocou que chegou a conversar** como
1056 Conselheiro Wellington, na reunião passada, porque ele havia se comprometido de que
1057 o Cadastro do Estado, estaria pronto até agosto de dois mil e oito, e ela perguntou a
1058 ele e disse que não está pronto e que ainda está em andamento, porque houveram
1059 umas questões e a maior base é a do Estado e na verdade, ainda existe e esse foi um
1060 dos pontos fundamentais que foi a apresentação pela empresa do cálculo atuarial e
1061 que ele colocou foi a apresentação pela empresa do cálculo atuarial e que ele colocou
1062 situações, que em razão dessas colocações geraram várias discussões e se viu que
1063 realmente não existiu uma base cadastral consistente no cálculo e a empresa quis sair
1064 de mansinho com relação a essa situação de que não era tão importante e tal. Por
1065 fim, **o Presidente agradeceu** a presença de todos e falou para os Conselheiros
1066 aguardarem a convocação da próxima reunião e Senhor Presidente deu por encerrado
1067 a segunda reunião ordinária, cuja presente Ata foi lavrada por mim, Jonilson Vilhena
1068 Martins, que, depois de lida e achada conforme, será assinada por todos os membros
1069 presentes. Macapá, 18 de fevereiro de 2009.

1070
1071
1072 Artur de Jesus Barbosa Sotão: Artur Sotão
1073 Presidente do Conselho

1074
1075 Arnaldo Santos Filho: _____
1076 Membro titular, representante do Poder Executivo.

1077 Benedito Paulo de Souza: _____
1078 Membro suplente, representante do Poder Executivo.

1079 Wellington de Carvalho Campos: _____
1080 Membro titular, representante do Poder Executivo.

1081 Cesar Nazaré Bezerra da Rocha: _____
1082 Membro suplente, representante do Poder Executivo.

1083 Haroldo Vitor de Azevedo Santos: _____
1084 Membro titular, representante do Poder Executivo.

1085 Maria Conceição Laurinho dos Santos: Maria Conceição Santos
1086 Membro suplente, representante do Poder Executivo.

1087
1088 Mário Gurtyev de Queiroz: _____
1089 Membro titular, representante do Tribunal de Justiça

1090 Gilberto de Paula Pinheiro: _____
1091 Membro suplente, representante do Tribunal de Justiça.

1092
1093 Dalto da Costa Martins: _____
1094 Membro titular, representante da Assembléia Legislativa.

1095 Manoel Brasil de Paula Filho: _____
1096 Membro suplente, representante da Assembléia Legislativa.

1097
1098 Damilton Barbosa Salomão: Damilton
1099 Membro titular, representante do Tribunal de Contas.

1100 Rozane de Almeida Chaves: _____

- 1101 Membro suplente, representante do Tribunal de Contas.
1102
1103 Estela Maria Pinheiro do Nascimento Sá: _____
1104 Membro Titular, representante do Ministério Público.
1105 Marcelo Moreira dos Santos: _____
1106 Membro suplente, representante do Ministério Público.
1107
1108 Luiz Eduardo Nunes: _____
1109 Membro titular, representante dos Militares ativos.
1110 Ademair Rodrigues dos Anjos: _____
1111 Membro suplente, representante dos Militares ativos.
1112
1113
1114 Micherlon Mendonça dos Santos: _____
1115 Membro titular, representante dos Militares Inativos.
1116 Ana Maria Correa Beleza: _____
1117 Membro suplente, representante dos Militares Inativos.
1118
1119 Anatal de Jesus Pires de Oliveira: _____
1120 Membro titular, representante dos servidores Cíveis Ativos.
1121 Cleydson Sousa do Nascimento: Cleydson Sousa do Nascimento
1122 Membro suplente, representante dos servidores Cíveis Ativos.
1123
1124 Moisés Tavares de Araújo: Moisés Tavares de Araújo
1125 Membro titular, representante dos servidores Cíveis Inativos.
1126 Edson França: _____
1127 Membro suplente, representante dos servidores Cíveis Inativos.
1128
1129 Marlúcio de Almeida Souza: _____
1130 Membro titular, representante dos servidores da Assembleia Legislativa.
1131 Cezar Souza de Melo: _____
1132 Membro suplente, representante dos servidores da Assembleia Legislativa.
1133
1134 Antônio Márcio de Souza Peláes: _____
1135 Membro titular, representante dos servidores do Poder Judiciário.
1136 Alvino Boucinha da Fonseca: _____
1137 Membro suplente, representante dos servidores do Poder Judiciário.
1138
1139 Rosival Nazareno Fortunato Monteiro: _____
1140 Membro titular, representante dos servidores do Tribunal de Contas.
1141 Juliano Andrade de Araújo: _____
1142 Membro suplente, representante dos servidores do Tribunal de Contas.
1143
1144 Fernando Cezar Pereira da Silva: _____
1145 Membro Titular, representante dos servidores do Ministério Público.
1146 Idelmir Torres da Silva: _____
1147 Membro suplente, representante dos servidores do Ministério Público.
1148
1149 Jonilson Vilhena Martins: Jonilson Vilhena Martins
1150 Secretário do CEP